

16 JUN 1985

Visão da semana: em busca de definições *(consequência)*

O noticiário econômico dos últimos dias concentrou-se basicamente sobre as reações à atual indefinição da política econômica. Tornou-se evidente que persistem pressões, no próprio governo, favoráveis à manutenção de elevados dispêndios das estatais. Por outro lado, isso vem dificultando o delineamento de uma ofensiva mais pronunciada contra a inflação e, conseqüentemente, contra a alta dos juros. Nesse contexto, as dificuldades naturais de negociação da dívida externa com o FMI e os bancos credores não deixaram de sugerir para alguns, adicionalmente, a provável existência de um impasse, o qual não se configura em termos práticos até agora.

Na realidade, é necessário que sejam dissipadas as confusões derivadas de uma incorreta caracterização das alternativas que se apresentam para a condução da política econômica. É viável conciliar, ao mesmo tempo, uma estratégia de redução do déficit público e das taxas de juro, sendo essa, aliás, a opção mais eficaz. Falta, entretanto, um pulso firme para a concretização da referida estratégia, suscetível de infundir um pouco mais de confiança às classes produtivas. De parte dos empresários, por exemplo, tem sido evidente a apreensão quanto à política de curto prazo, notadamente na área de preços, entre outras, para não citar os juros mantidos em níveis elevados por causa do financiamento do déficit público.

Na semana passada, o governo começou a permitir o reajuste de alguns preços industriais, ao mesmo tempo em que iniciou a colocação de seus estoques de produtos agrícolas a preços subsidiados para conter a inflação. No caso da indústria automobilística, a reação empresarial à política de reajustes foi amplamente negativa. À luz da vista que o setor tem arcado até com a falta de peças, após uma fase de greves e de reajustes salariais. Em relação às tarifas do setor público, as autoridades decidiram promover reajustes mensais nos serviços de correio, telefonia e energia elétrica.

Um reajuste que ainda não foi anunciado, quando deveria ter sido comunicado há pelo menos duas semanas, é o das prestações da casa própria. O governo reconheceu o caráter político da decisão, mas não foi capaz até agora de posicionar-se firmemente a respeito. Aqui, não parece haver necessidade de se ganhar tempo, contrariamente ao que ocorre nas negociações sobre a dívida externa. Neste último caso, voltaram a circular versões sobre um pretenso rompimento com o FMI, as quais se revelaram infundadas por completo. Mesmo porque tem sido possível trabalhar em bases mais realistas, o que não significa necessariamente um apressamento do processo. Mais cedo ou mais tarde chegar-se-á a uma solução definitiva, a qual depende da filosofia que o FMI pretende imprimir, entre a im-

posição de critérios rígidos e a devida flexibilidade que permita um mínimo de crescimento econômico.

No setor agrícola, o governo ganhou também nova fonte de preocupações. Por um lado, definiu uma colocação de estoques de difícil eficácia, pois pode amenizar pressões altistas a curtíssimo prazo, mas não elimina riscos de escassez de oferta mais adiante.

Com relação à soja, apesar das medidas de apelo financeiro decretadas na semana passada, o setor ainda não registrou uma reação de preços (mesmo porque os parâmetros do mercado não se alteraram fundamentalmente), o que agrava a situação dos produtores, pelo menos a curto prazo. No entanto, parece evidente que as autoridades não dispõem de outras alternativas para auxiliá-los no momento.

Quanto ao café, e apesar do frio, tampouco se verificou uma definição mais favorável do mercado, que aguarda a política de safra do IBC. Note-se que a colheita já foi iniciada, sem que o novo preço de garantia tenha sido anunciado, bem como as condições de financiamento à comercialização. Para o trigo, a segunda rodada de debates na Câmara dos Deputados também não trouxe definições sobre a questão do subsídio. Como se nota, ainda falta agilidade à política econômica da Nova República.